

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

O DEBATE SOBRE IDENTIDADE, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA NA 4ª CONFERÊNCIA
ESTADUAL DE CULTURA DO CEARÁ

THE DEBATE ON IDENTITY, HERITAGE AND MEMORY AT THE 4TH CEARÁ STATE
CULTURE CONFERENCE

Zaneir Gonçalves Teixeira¹

RESUMO // RESUMEN

O trabalho apresenta os principais aspectos do debate realizado sobre identidade, patrimônio e memória no âmbito da 4ª Conferência Estadual de Cultura do Ceará, realizada nos meses de novembro e dezembro de 2023. Trata-se de um dos eixos temáticos específicos, apresentado no Documento-base nacional, para subsidiar a realização das conferências de cultura em todas as suas etapas (municipal, estadual e nacional), além das conferências livres e encontros setoriais. A efetivação desse quarto ciclo de conferências, com o tema “Democracia e Direito à Cultura”, representou um realinhamento das políticas culturais na federação brasileira, após uma sucessão de crises políticas e sanitárias (COVID-19) que tiveram grande impacto sobre o campo cultural brasileiro. A abordagem dos temas da identidade, patrimônio e memória nas recentes conferências de cultura baseou-se no reconhecimento de tarefas ainda inconclusas de reconhecimento, proteção e valorização de práticas e bens culturais, especialmente de grupos sociais historicamente invisibilizados e estigmatizados. O resultado desses debates na etapa estadual aponta como o campo cultural cearense compreende essas questões e suas perspectivas para o futuro das políticas culturais na área. O trabalho é de pesquisa qualitativa, utilizando o estudo dos documentos oficiais das conferências estadual e nacional e a observação-participante da autora.

PALAVRAS-CHAVE // PALABRAS CLAVE

Política Cultural. Conferências de Cultura. Identidade. Patrimônio Cultural. Memória.

ABSTRACT

The work presents the main aspects of the debate held on identity, heritage and memory within the scope of the 4th State Culture Conference of Ceará, held between the months of November and December 2023. This is one of the specific thematic axes, included in the call for the 4th National Culture Conference, presented in the base document to support the holding of the discussions in its municipal, state and national stages, in addition to free conferences and sectoral

¹ Professora Assistente da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) desde 2013. Doutora em Direito pela Universidade Federal do Ceará (2020). Pesquisadora-bolsista do Programa Cientista Chefe da Cultura – FUNCAP. Contato: zaneir@unifor.br.

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

meetings. The implementation of this fourth cycle of conferences, with the theme “Democracy and the Right to Culture”, represented a realignment of cultural policies in the Brazilian federation, after a succession of political and health crises (COVID-19) that had a major impact on the cultural field Brazilian. The approach to the themes of identity, heritage and memory in recent culture conferences was based on the recognition of still unfinished tasks of recognizing, protecting and valuing cultural practices and assets, especially those of historically invisible and stigmatized social groups. The result of these debates at the state stage shows how the cultural field in Ceará understands and addresses these issues, and what its perspectives are for the future of cultural policies in the area. The methodology of the work is supported by the study of official documents from the conferences and the personal observations of the author, directly involved in the organization of the state conference.

KEYWORDS

Cultural Policy. Culture Conferences. Identity. Cultural heritage. Memory.

INTRODUÇÃO // INTRODUCCIÓN

A realização de conferências nacionais temáticas tem se firmado como importante processo na ampliação da participação social no ciclo de políticas públicas no Brasil (Avritzer, 2012). São experiências de democracia participativa nas quais representantes da sociedade civil (em maior proporção, de 2/3) e governo podem discutir e definir prioridades e diretrizes das políticas nacionais, cumprindo exigências constitucionais de participação popular nas áreas estratégicas da gestão pública.

No âmbito da cultura, a realização da Conferência Nacional começa com a convocação geral feita pelo Ministério da Cultura, que lança o tema maior e os eixos temáticos para estruturação das discussões. Isso põe em marcha um ciclo de participação iniciado nas Conferências Municipais, que levam seus delegados eleitos e as propostas votadas nos eixos temáticos para as Conferências Estaduais correspondentes, onde serão escolhidos os delegados e as propostas levadas para a discussão na Conferência Nacional. Além disso, são previstos, em adição ao processo, Conferências Livres e Encontros Setoriais nos três níveis federativos.

Essa metodologia em cadeia, interligando a discussão municipal, estadual e nacional, tem a virtude, para Pogrebinschi (2012, p.7-8), de permitir a superação do problema político da participação direta, geralmente dada como possível apenas no nível local. Assim, no âmbito das Conferências Municipais, são votadas diretrizes para a política cultural do próprio município e também para o estado; já nas Conferências Estaduais, votam-se as diretrizes específicas para a

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

política estadual e também para a política nacional. Desta forma, cada etapa contribui ao mesmo tempo para o nível local e também para o nacional.

Até o momento foram realizados 4 ciclos de Conferências de Cultura, sendo o primeiro concluído em 2005, depois em 2010, 2013 e 2024. Sua importância para a estruturação das políticas culturais tem sido imensa, firmando políticas de estado para a cultura e instrumentos constitucionais, como o Plano Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Cultura. Para Muniagurria (2018, p.155), “a institucionalização de espaços participativos na área foi concomitantemente e, na verdade, parte fundamental da instauração de um novo paradigma de política pública cultural no país”.

Nesse último Ciclo de Conferências, iniciado pela convocação feita 14 de junho de 2023 e concluído com a 4ª Conferência Nacional de Cultura nos dias 04 a 08/03, o tema escolhido e apresentado no documento-base produzido pelo Ministério da Cultura foi “Democracia e Direito à Cultura”, propondo a afirmação do caminho democrático para a cultura, em resposta a um conjunto de acontecimentos de grande impacto sobre o setor cultural, como a crise política que culminou com a saída da Presidenta Dilma Rousseff em 2016; a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, com a extinção do Ministério da Cultura em 2019; e, finalmente, a pandemia de COVID-19 que, em 2020 e 2021, atingiu duramente os artistas e demais trabalhadores da cultura em todo o Brasil.

Entre os 06 eixos temáticos definidos na convocação para a 4ª Conferência Nacional de Cultura, o terceiro dedicou-se inteiramente à discussão sobre identidade, patrimônio e memória. De acordo com o Documento-Base nacional (Brasil, 2023, p. 20) apresentado pelo MinC para subsidiar a discussão, a pergunta geradora do debate do Eixo 3 foi: “De que forma a sociedade brasileira pretende garantir o direito à memória e aos bens culturais das populações que tiveram suas vozes apagadas, omitidas, desprezadas e preteridas na história oficial do país?”

Na etapa estadual, foram reproduzidos, por simetria, tanto o tema geral quanto os eixos temáticos, trazendo-os para a realidade cearense. Assim, no Caderno-Base (Ceará, 2023, p. 26 e 27) disponibilizado pela SECULT para a realização da 4ª Conferência Estadual de Cultura, o tema geral da Conferência foi “Democracia e o exercício dos Direitos no Ceará”, sendo o eixo temático relativo à identidade, patrimônio e memória mantido como Eixo 3. Para lançar a discussão, foram construídas duas perguntas geradoras: a) “De que forma podemos consolidar uma política cultural que garanta o direito à memória e aos bens culturais das populações que

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

tiveram suas vozes apagadas, omitidas, desprezadas e preteridas na história oficial do país? ”, e b) “De que forma podemos conceber estratégias de fortalecimento dos sistemas de museus, arquivos e bibliotecas como garantia do direito ao patrimônio cultural e memória? ”

A condução metodológica para a discussão dessas questões e a forma como as perguntas foram respondidas e discutidas entre pessoas delegadas tanto da sociedade civil quanto do poder público na Conferência Estadual, bem como sua relação com as propostas definitivamente aprovadas na Conferência Nacional para o Eixo 3, serão expostas nas próximas sessões.

METODOLOGIA // METODOLOGÍA

Tratando-se de pesquisa qualitativa, o trabalho fez uso, principalmente, do método da observação participante. Essa abordagem permite ao pesquisador aproximar-se de um grupo social específico e acompanhar seu cotidiano por um certo período de tempo, interagindo diretamente com os sujeitos e participando de suas atividades. Permite também que se obtenha uma “compreensão profunda de um tema ou situação particular por meio dos significados atribuídos ao fenômeno pelos indivíduos que o vivem e experimentam” (Marietto, 2018, p. 6). Nessa estratégia de pesquisa de campo, podem ser utilizadas várias técnicas de coleta de dados, combinando análises de documentos pertinentes ao tema, diálogos com os sujeitos, participação direta e observação pessoal. Tudo isso permite uma imersão na situação estudada e nas interações entre os sujeitos gerando uma forma de compreensão mais aproximada do campo.

O trabalho aqui apresentado é o resultado de uma vivência pessoal e profissional que me permitiu utilizar o método da observação-participante e suas técnicas de obtenção de dados. Em 2023, na condição de pesquisadora integrante do Programa Cientista Chefe da Cultura², tive a experiência de participar na preparação e realização da 4ª Conferência Estadual de Cultura do Ceará. Como representante do Programa, integrei a Coordenação Executiva da Conferência, trabalhando ativamente tanto no processo de validação das Conferências de vários municípios cearenses, instância prévia à 4ª CEC, quanto na construção da metodologia de discussão e

² O Programa Cientista Chefe da Cultura é uma iniciativa do Governo do Estado do Ceará, operado e financiado por meio da FUNCAP/CE, reunindo pesquisadores de sete universidades atuantes no estado para interagir diretamente com a gestão pública de cultura. Busca-se, assim, encontrar soluções inovadoras para implementação das políticas culturais, a partir de demandas definidas em conjunto com a Secretaria da Cultura do Estado, tais como o desenvolvimento de modos de avaliação e de indicadores culturais, ações afirmativas, sistemas de fomento, digitalização de acervos e patrimônio material edificado e desenvolvimento de sistemas informacionais para a gestão da cultura, entre outros. O Programa foi lançado em setembro de 2021 e atualmente está em seu segundo ciclo de atividades.

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

definição das propostas nos diferentes eixos temáticos da Conferência, acompanhando toda a programação da Conferência na condição de integrante da equipe de trabalho. Posteriormente, colaborei na redação do relatório final, enviado ao MinC como prova da realização da etapa estadual, para encaminhar os representantes estaduais eleitos para a Conferência Nacional, bem como as propostas votadas pela Plenária Final em cada um dos eixos temáticos.

A condição ao mesmo tempo de pesquisadora e de membro da Coordenação Executiva da 4ª CEC tornou possível minha interação com o campo cultural, envolvendo a construção de documentos oficiais de convocação e orientação para a realização da conferência, além da convivência com diferentes sujeitos, tanto representantes dos governos federal, estadual e municipal, quanto atores da sociedade civil, no processo de tomada de decisões. Embora estivesse trabalhando ao lado de atores políticos, minha participação em si não era política, mas técnica, coordenando os aspectos metodológicos que precisavam ser referendados politicamente no âmbito da Comissão Organizadora da Conferência Estadual. Pude interagir e observar o campo por cerca de quatro meses, contados desde a primeira reunião como membro da Coordenação Executiva (outubro/2023), passando pela realização da Conferência entre os dias 30/11 e 03/12/2023, até a confecção do relatório final para envio ao MinC, no final de janeiro/2024. Durante esse período, fiz várias anotações a respeito da minha experiência e pude conversar com os mais diferentes sujeitos, ao mesmo tempo em que participava ativamente da construção da 4ª Conferências Estadual de Cultura do Ceará.

O conhecimento obtido nessa vivência, combinado com a análise dos documentos oficiais (Documentos-Base e Relatórios Finais) das duas Conferências (estadual e nacional) é o que está aqui exposto e discutido na forma de resultados sobre o tema abordado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO // RESULTADOS Y DISCUSIÓN

A programação da 4ª Conferência Estadual de Cultura foi realizada entre os dias 30 de novembro e 02 de dezembro de 2023 e contemplou momentos de discussão com todos os participantes (abertura oficial, aprovação do Regimento Interno e Plenária Final) e momentos para discussão em grupos, divididos de acordo com os 6 eixos temáticos definidos na convocação nacional³. O grau de participação dos inscritos dividiu-se em: delegados (voz e

³ Foram eles: Eixo 1 - Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura; Eixo 2 - Democratização do Acesso à Cultura, Territórios e Participação Social; Eixo 3 - Identidade, Patrimônio e Memória; Eixo 4 - Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Sexualidade, Raça e Acessibilidade na Política Cultural; Eixo 5 - Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade; Eixo 6 - Direito às Artes e às Linguagens Digitais.

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

voto); convidados (apenas voz); observadores (sem uso de voz ou voto). Ao todo participaram do evento 744 pessoas, sendo 604 delegados, 77 convidados, 09 observadores e 54 integrantes da equipe de trabalho.

As discussões nos eixos temáticos aconteceram simultaneamente no dia 01 de dezembro. Os participantes da Conferência, livremente e de acordo com suas afinidades, escolheram, no formulário de inscrição ou no ato de credenciamento, um dos seis temas a serem discutidos. Cada grupo temático contou com espaço próprio de discussão, tendo um coordenador e um relator dos trabalhos, indicados previamente pela equipe de metodologia, não sendo estes delegados da Conferência. Para o Eixo relativo à identidade, patrimônio e memória, foram indicados Mateus Tremembé (Coordenador) e Manuela Lustosa (Relatora), sendo o primeiro uma expressiva liderança indígena cearense. Em geral, os 78 participantes desse eixo temático reuniam tanto representantes governamentais quanto da sociedade civil, com a presença de representantes de comunidades quilombolas, tradicionais e indígenas, dando bastante sentido ao objetivo geral do tema, qual seja:

“Debater e reconhecer o direito à memória, ao patrimônio cultural e aos museus; valorizando as múltiplas identidades que compõem a sociedade brasileira, os bens culturais expressivos da diversidade étnica, regional e socioeconômica e as narrativas silenciadas e sensíveis da história nacional, de modo a contribuir para a preservação de seus valores democráticos” (Brasil, 2023, p. 20).

Antes do início das discussões, para cada eixo foi convidado um palestrante para fazer uma fala inspiradora inicial, de cerca de 15 minutos, para introduzir o tema. No caso do Eixo 3, a convidada foi a Coordenadora de Patrimônio e Memória junto à SECULT/CE, Jéssica Ohara, que abordou vários pontos de reflexão sobre o tema dos patrimônios materiais e imateriais, trazendo como referência Mário de Andrade, Krzysztof Pomian e Júlia Rose. Tratando de maneira poética a ligação entre o visível e o invisível que permeia o Patrimônio, a frase que sintetizou sua fala foi: “Eu posso me impressionar com a magnanimidade arquitetônica de um patrimônio, mas também quero saber sob qual sangue pisado aquele monumento foi erigido”⁴.

A partir dessa fala, os participantes foram divididos em 04 subgrupos de 19 ou 20 pessoas para a discussão das propostas indicadas pelos municípios cearenses em suas Conferências Municipais de Cultura acerca desse tema. Após cerca de 02h de discussão, cada um desses subgrupos selecionou e sistematizou 01 proposta de âmbito estadual e 01 de âmbito nacional

⁴ Conforme anotação própria, conferida no relatório do Eixo Temático 3, documento interno da SECULT/CE.

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

para ser apresentada para discussão geral no coletivo do eixo temático. Assim, foram construídas, ao todo, 04 propostas nacionais e 04 estaduais, depois debatidas e reduzidas, por votação dos 78 participantes, a 02 propostas de cunho estadual e 02 nacionais a serem levadas para apreciação da Plenária Final da Conferência. Esse modelo metodológico, com divisão dos participantes em subgrupos menores e posterior reunião para discussão e votação do que foi produzido no coletivo maior, segue a linha da educação popular, que verificou ser a participação favorecida quando os participantes estão em grupos menores, superando timidez e limitações pela proximidade e empatia com um número menor de pessoas.

Entre as propostas escolhidas nos subgrupos, algumas estavam duplicadas ou repetidas. Após o processo de sistematização, foi possível definir as seguintes propostas em âmbito estadual: promoção de diálogos entre a educação e cultura para garantir educação patrimonial em âmbito escolar; criação de um programa de capacitação para agentes de patrimônio, vinculado aos territórios, com a finalidade de aprofundar o mapeamento do território cultural em parcerias público-privadas; estímulo e fortalecimento da adesão ao sistema estadual e criação de sistemas municipais de patrimônio, inclusive com apoio e suporte financeiro; garantia do diálogo entre educação patrimonial e as bases dos currículos de ensino municipais e estaduais articuladas com estratégias de desenvolvimento territorial, bem como criação de cursos de nível técnico e superior das áreas do patrimônio cultural nas IES; implementação de programa de educação patrimonial, com ações de formação continuada nas escolas e espaços não formais de ensino, com a participação de Mestres/Mestras de cultura, grupos de cultura e tesouros vivos.

Em nível nacional foram definidas como propostas: criação de um fundo exclusivo para ações de patrimônio; criação de uma política permanente de Estado voltada para a parceria entre educação e cultura pela educação patrimonial em todos os territórios brasileiros; criação do plano nacional de educação patrimonial e memória com recurso próprio, calendário fixo e regular de realização que promova a formação em espaços formais, integrando Mestres/Mestras e grupos culturais do campo do Patrimônio Cultural; criação de um sistema de fomento público federal com editais de repasse direto, com especial atenção aos grupos historicamente invisibilizados, como quilombolas, povos indígenas, populações rurais e periféricas, povos ciganos, comunidades tradicionais, povos de terreiro entre outros, visando a promoção do direito à memória; fortalecimento de pesquisas para instrução de processos de identificação e reconhecimento do Patrimônio Cultural Natural tais como os geoparques, as chancelas da

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

paisagem e os patrimônios da humanidade; criação da regulamentação e efetivação dos fundos de cultura, com ênfase nas políticas públicas da área de patrimônio cultural, memória e identidade.

O que foi possível observar na interação dos subgrupos, foi o debate voltado para a territorialização da política de identidade, patrimônio e memória, com busca da valorização de formas patrimoniais materiais e imateriais dos grupos mais vulnerabilizados em cada município e no estado. A fala dos delegados pertencentes às comunidades tradicionais expressava o desejo de reconhecimento e a ampliação dos conceitos mais tradicionais e elitistas de patrimônio. Delegados do poder público mostravam insatisfação com os recursos disponíveis para essas políticas, chamando a responsabilidade do Estado e da União nesse suporte financeiro. Visível também a ligação das políticas com o campo educacional, na chamada educação patrimonial, e a busca de maior valorização dos tesouros vivos e mestres da cultura nas formas oficiais e não oficiais de educação.

Ao final, foram votadas e referendadas pela Plenária Final as seguintes propostas estaduais: 1 - Garantir a adesão dos municípios aos sistemas de patrimônio, museus, arquivos, bibliotecas, visando o fortalecimento de fomento para a manutenção desses lugares de memória; e 2 - Criar um programa Estadual de educação patrimonial que fomenta a realização de ações de salvaguarda que promovam a identificação, reconhecimento e valorização da identidade, da memória e do patrimônio cultural do estado do Ceará. Já as propostas nacionais foram: 1- Efetivar o Plano Nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase nas ações desenvolvidas no campo do patrimônio cultural por meio de repasse direto e fomento para estados e municípios, visando a promoção do direito à memória; e 2 - Garantir a integração entre educação patrimonial e as bases dos currículos de ensino municipais e estaduais, articuladas com estratégia de desenvolvimento territorial, bem como criação de cursos de nível técnico e superior das áreas do patrimônio cultural nas IES.

Dentre as 02 propostas levadas pelo Ceará à 4ª Conferência Nacional de Cultura, a primeira não conseguiu votos necessários para aprovação, mas a segunda encontrou eco, formando a Proposta Nacional 3, aprovada pela Plenária Final, como se pode localizar no texto (grifei):

“Criar uma política descentralizada específica, localizada e acessível de educação cultural, popular, patrimonial e museal, com planos e programas intersetoriais em espaços formais e informais (como quilombos e praças, entre outros) e numa estrutura interministerial, articulando as políticas culturais de museologia social e educação museal, educação patrimonial, educação intercultural, integral e integrada alocadas no IBRAM e IPHAN, Fundação Cultural Palmares e Ministério da Educação, como

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

estratégias de reparação histórica de populações subalternizadas, priorizando a construção coletiva e participativa de programas, projetos e ações com os diferentes grupos sociais e valorizando o território, autogestão da memória e o protagonismo desses grupos na identificação e gestão de suas referências culturais. **Garantir a inclusão do ensino das artes, cultural, patrimonial e museal nos currículos escolares, de modo a promover a elaboração de projetos culturais educativos, que envolvam a integração da educação com a cultura,** o fortalecimento de redes de apoio do cadastro do Cultura Viva, **colaboração e reconhecimento do patrimônio cultural e natural, o estímulo a práticas e ações educativas em museus de conservação e preservação patrimonial e estímulos de práticas educativas em museus e memórias LGBTQIAP+.** Além disso, promover: (a) o desenvolvimento de pesquisas qualitativas e quantitativas, publicações, cartilhas, tecnologias digitais, conteúdos culturais educativos e materiais didáticos específicos e localizados; (b) a contratação de profissionais das áreas artísticas, patrimoniais e culturais nas escolas; (c) a formação de profissionais da educação, com mecanismos de acompanhamento, avaliação e formação e educação continuada; (d) **a criação de cursos continuados de nível técnico e superior que abordem a preservação do patrimônio cultural;** (e) a realização de rodas de conversas e de leitura, feiras literárias, exposições, saraus, oficinas, cursos, eventos, bibliotecas, arquivos, programas de formação cultural e intercâmbios com espaços culturais; (f) a valorização, preservação e a divulgação das manifestações culturais e das profissões artísticas, tais como: dança, teatro, música, capoeira, audiovisual (produção, preservação e difusão de acervos), artesanato, culturas urbanas, artes visuais, circo, cultura hip-hop, funk, literatura, design e culturas tradicionais, os povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, povos de cultura de matriz africana, povos de terreiros de matriz africana, povos ciganos, povos negros, quilombolas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e neurodivergentes, ribeirinhos, comunidades rurais, mestres e mestras da cultura popular, povos fronteiriços, povos circenses, imigrantes e refugiados, culturas urbanas, povos do campo, assentados da reforma agrária, entre outros, considerando o Fator Amazônico. Dialogar com o comitê técnico interministerial de cultura e educação” (Brasil, 2024, p. 67 e 68).

Percebe-se que as propostas em nível nacional integram a contribuição dos diversos entes federativos, em convergência de ideias e diretrizes que surgiram a partir dos municípios, passaram pelos estados e culminaram em uma síntese capaz de contemplar toda a diversidade brasileira. Esse é um resultado que só instâncias de participação tão complexas e abrangentes como as Conferências Nacionais conseguem atingir, pela própria qualidade da participação da sociedade civil.

CONCLUSÃO // CONCLUSIÓN

A Conferência Nacional de Cultura em seu ciclo completo, contemplando as etapas sucessivas municipais e estaduais, além das conferências livres e encontros setoriais, compõe a mais ampla e significativa forma de participação social na construção das políticas públicas de cultura no Brasil. A mobilização de representantes da sociedade civil e das esferas governamentais em todo o território nacional torna o debate público extremamente rico e complexo, oportunizando a realização de um dos pilares constitucionais das políticas públicas de cultura, que é a sua construção democrática.

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

O processo de realização da 4ª Conferência Nacional de Cultura, iniciado em 2023 e concluído em 2024, mais de dez anos depois da conclusão do ciclo anterior, envolveu o aspecto da superação de momentos extremamente difíceis para o setor cultural, atingido pelas crises políticas e pela pandemia de COVID-19. Na condição de Coordenadora Geral de Metodologia, integrando a equipe de trabalho, pude participar da construção da 4ª. Conferência Estadual de Cultura do Ceará e, como observadora participante, acompanhar o debate sobre identidade, patrimônio e memória, no âmbito do eixo temático 3.

Pela análise da interação entre os participantes da conferência e dos documentos oficiais, foi possível perceber a capacidade de produzir diretrizes nacionais a partir das demandas locais, em uma grande síntese do povo brasileiro. Muito viva e presente nos debates a questão patrimonial como forma de afirmação e presença dos grupos sociais mais vulnerabilizados (comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais), mobilizando a política pública em nível estadual e nacional para tornar mais ampla, acessível e presente a educação patrimonial e a visibilização da contribuição desses grupos para a cultura nacional. A ampla e rica participação de pessoas integrantes das comunidades, em condições democráticas de produzir suas próprias falas e veicular suas aspirações, já foi, em grande parte, uma forma de resposta às perguntas geradoras expostas na introdução deste trabalho.

REFERÊNCIAS // REFERENCIAS

AVRITZER, Leonardo. “Conferências nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil”. **Texto para discussão 1739**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2012.

BRASIL. **Texto-Base da 4ª Conferência Nacional de Cultura**. Brasília, 2023. Disponível em: <http://cnpc.cultura.gov.br/4a-conferencia-nacional-de-cultura-2023/> Acesso em 05 ago. 2024.

BRASIL. **Relatório Final da 4ª Conferência Nacional de Cultura**. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/aceso-a-informacao/noticias/minc-divulga-as-30-propostas-prioritarias-aprovadas-durante-a-4a-conferencia-nacional-de-cultura/30_propostas.pdf / Acesso em 05 ago. 2024.

CEARÁ, Secretaria Estadual de Cultura. **Caderno-Base da 4ª Conferência de Cultura do Ceará**. Fortaleza, 2023. Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/43/2023/10/manual-conferencia.pdf> / Acesso em 04 ago. 2024.

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

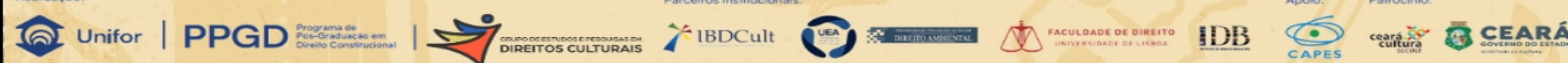
CEARÁ, Secretaria Estadual de Cultura. **Relatório Final da 4ª Conferência de Cultura do Ceará**. Fortaleza, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/4a-conferencia-nacional-de-cultura-1/textos/copy_of_CE.pdf Acesso em 04 ago. 2024.

MARIETTO, Marcio Luiz. Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, [S. l.], v. 17, n. 4, p. 05–18, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/riae/article/view/10871>. Acesso em: 25 ago. 2024.

MUNIAGURRIA, Lorena Avellar de. Conferências de cultura: sobre metodologias organizacionais, eleições e produção de representatividade”, 2018, **Revista De Antropologia Da UFSCar**, 10(1), 150–174.

POGREBINSCHI, Thamy. “Conferências nacionais e políticas públicas para grupos minoritários”. **Texto para Discussão 1741**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2012.

Realização:



Parceiros institucionais:



Apoio:

Patrocínio:

